Cartel desviou mais de R$ 1,6 bi de merenda e educação em São Paulo

PGR pede mais 60 dias para investigar Eunício e Maia

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) mais 60 dias de prazo para concluir as investigações contra os presidentes do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE) e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), motivadas por delações da empresa Odebrecht.

São investigados no mesmo caso os senadores Romero Jucá (MDB-RR) e Renan Calheiros (MDB-AL), bem como o deputado Lúcio Vieira Lima (MDB-BA), que se tornou réu na terça-feira (8) no STF em decorrência de outro caso.

O ex-presidente-executivo da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e outros cinco executivos da empresa relataram o pagamento de mais de R$ 7 milhões aos parlamentares para que duas medidas provisórias favoráveis à empresa fossem aprovadas no Congresso.

Na petição encaminhada ao relator do caso, ministro Edson Fachin, Dodge citou investigações "pendentes" da PF, destacando que passados os últimos 60 dias, nenhuma das diligências previstas foi cumprida pelos delegados, entre elas a oitiva de Carlos Parente, ex-executivo da Braskem, uma subsidiária da Odebrecht.

Nos últimos dois meses, também não foram feitas perícias nos sistemas de comunicação e contabilidade paralela da Odebrecht, chamados Drousys e Mywebday, conforme pricvistas, destacou a PGR. "Assim, a Procuradora-Geral da República requer a prorrogação do prazo para a conclusão do inquérito", escreveu Dodge, "considerada a existência de diligências pendentes e necessárias". (Agencia Brasil)

Investigação da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU) descobriu que alunos de 30 municípios paulistas receberam merenda de qualidade inferior, devido ao cartel de empresas que atuava há pelo menos 20 anos no desvio de dinheiro público. Segundo a PF, os recursos eram desviados do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do governo federal. No total, a estimativa é que 65 contratos suspeitos tenham envolvido mais de R$ 1,6 bilhão.

A Operação Prato Feito, que investiga desvio de recursos do governo federal para a educação, foi deflagrada na quarta-feira (9) pela Polícia Federal, com mandados de busca a apreensão na casa e gabinete dos prefeitos das cidades de Barueri, Embu das Artes, Mauá, Caconde, Cosmópolis, Holambra, Hortolândia, Laranjal Paulista, Mogi Guaçu, Mongaguá, Paulínia, Pirassununga e Registro. Buscas também foram feitas no Paraná, na Bahia e no Distrito Federal.

Ação dos criminosos

Segundo as investigações, cinco grupos criminosos agiam nas prefeituras, por meio de lobistas, direcionando licitações. Foram cumpridos, no total, 154 mandados de busca e apreensão, além de afastamentos preventivos de agentes públicos e suspensão de 29 contratos com o poder público.

Há indícios do envolvimento de 85 pessoas, incluindo os 13 prefeitos, quatro ex-prefeitos, um vereador, 27 agentes públicos não eleitos e outras 40 pessoas da iniciativa privada.

A CGU identificou, ao longo das investigações, 65 contratos suspeitos, cujos valores totais ultrapassam R$ 1,6 bilhão. Os investigados poderão responder pelos crimes de fraude a licitações, associação criminosa, corrupção ativa e corrupção passiva, com penas que variam de um a 12 anos de prisão.

Pratos feitos

De acordo com a PF, algumas escolas ofereciam apenas uma bolacha e leite diluído em água aos alunos. Na prefeitura de Araçatuba, as crianças passaram a ser proibidas de repetir refeições e começaram a receber "pratos feitos", o que deu nome à operação. O município recebeu, ao longo de dois anos, R$ 3,7 milhões do PNAE e superfaturou R$ 2,2 milhões.

Além das fraudes na merenda, os desvios envolviam outras áreas da educação, como compra de uniformes, material didático e de limpeza. Foram constatadas ainda irregularidades nas cidades de Águas de Lindoia, Araras, Cubatão, Itaquaquecetuba, Jaguariúna, Leme, Mairinque, Monte Mor, Peruíbe, São Bernardo do Campo, São Paulo, São Sebastião, Sorocaba, Tietê, Várzea Paulista e Votorantim.

Apoio

Em nota, a prefeitura de São Paulo informou que a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão relativo a três processos de alimentação escolar de 2010 e 2011. A administração destacou que, no ano passado, iniciou uma força-tarefa, em parceria com a Secretaria da Fazenda, para atualizar cobranças de multa que estavam paradas desde 2013, na Coordenadoria de Alimentação Escolar.

Segundo a nota, um dos três processos investigados pela PF tinha multas em atraso e até o momento, já foram emitidas guias de pagamento de R$ 12 milhões em multas. Destas, até fevereiro haviam entrado nos cofres públicos R$ 9,2 milhões. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Brazilian Securities Companhia de Securitização

BRAZILIAN SECURITIES (Uma Empresa do Grupo PAN)
NIRE 35.300.177.401 – CVM nº 18759 - CNPJ/MF nº 03.767.538/0001-14 - ("Securitizadora")

Edital de Convocação

Segunda Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 156ª e 157ª Séries da 1ª Emissão da Securitizadora ("Segunda Assembleia Geral de Titulares dos CRI" e "CRI")

São convocados os senhores titulares dos CRI nos termos da Cláusula 11.2 do Termo de Securitização de Créditos Séries 2.010–156 e 2.010-157 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 2ª convocação para a Segunda Assembleia Geral de Titulares dos CRI, a se realizar no dia 21 de Maio de 2018, às 10:00 horas, no endereço da Securitizadora, na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre (i) medidas a serem tomadas para reduzir as despesas do patrimônio separado, principalmente aquelas relacionadas à Cobrança dos Créditos Imobiliários pela Empresa Administradora; (ii) apresentação das avaliações dos imóveis de posse da Securitizadora; (iii) conforme cláusula 4.8, do Termo de Securitização, que os pagamentos dos Créditos Imobiliários sejam efetuados definitivamente na forma sequencial conforme cláusula 4.9 do Termo de Securitização; (iv) esclarecimento sobre a recomposição dos fundos de reserva, despesas e liquidez; (v) apresentação da memória de cálculo da apuração do índice de Inadimplência na Carteira conforme cláusula 4.8.1 do Termo de Securitização; (vi) esclarecimento sobre o Critério de Inadimplência 1 e 2, conforme cláusula 4.8.1.2 e 4.8.1.3 respectivamente. Os titulares dos CRI deverão se apresentar no endereço acima indicado portando os documentos que comprovem sua condição de titular dos CRI e, os que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Agenda Fiduciário, no momento da Segunda Assembleia Geral de Titulares dos CRI. Em benefício do tempo, os titulares dos CRI devem encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail ger1.agentefiduciario@braziliantrust.com.br. São Paulo, 09 de maio de 2018.

Brazilian Securities Companhia de Securitização

OITAVA VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL I- SANTANA
OITAVO OFÍCIO CÍVEL DO FORO REGIONAL I- SANTANA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1023684-46.2014.8.26.0001** O MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Ademir Modesto de Souza, na forma da Lei etc. FAZ SABER a RENATO DE FREITAS MORAES ROSSETI CPF 286.045.018-67, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum por parte de Eduardo Lourenço do Prado Júnior, objetivando que o réu pague a quantia de R$ 20.000,00 restantes, referente a Confissão de Compra e Venda Mercantil pactuado entre as partes, tendo como objeto a venda de 50% das cotas da sociedade e seu fundo de comércio, da empresa Next Travel Viagens e Turismo Ltda., no qual figurou o requerido como comprador. Em caso de não pagamento, requer seja declarado o desfazimento do negócio, devolvendo as cotas da sociedade ao autor. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que flui após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de outubro de 2017. **(09,10)**

Citação. Prazo 20 dias. Proc. **1026143-78.2015.8.26.0100**. A Dra. Celina Dietrich Trigueiros Teixeira Pinto, Juíza de Direito da 15ª Vara Cível Central/SP...Faz saber a Brunna Gomes Rib CPF 367.797.038-50, que Samuel Souza Ribeiro Filho ajuizou ação despejo por falta de pagamento, para cobrança de R$ 17.472,00 (março/2015), referente à locação do imóvel à rua Tomé Porte nº 28, apto. 43, Capital. Deferida liminar para o acrescido das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se edital para que em 15 dias a fluir do prazo supra, conteste a ação ou peça a purgação da mora, sob pena de serem aceitos os fatos, tornando-se curador especial, em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da Lei. **(10,11)**

Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.

CNPJ/MF nº 14.748.851/0001-21 - NIRE 35300416668-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29.12.2017

Data, Hora e Local: Aos 29.12.2017 às 10h00, na sede social da Companhia, na Rua Henry Ford, nº 1718, Parque da Mooca, CEP 03109-000, na Capital do Estado de São Paulo. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), por estarem presentes seus acionistas, que representam a totalidade do capital social. **Mesa Diretora:** Presidente: *Anrafel Vargas Pereira da Silva*; Secretário: *Ricardo Batista de Souza*. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre autorização de distribuição de dividendos. **Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76, e considerada regular a Assembleia na forma do artigo 124, § 4º, da mesma lei. Passou-se, então, à análise da ordem do dia, e por unanimidade de votos, autorizar-se a distribuição de dividendos no montante total de R$ 11.387.700,76, que será pago posteriormente. Estes valores serão distribuídos na exata proporção da titularidade das ações da Companhia, ficando a Diretoria autorizada a tomar as providências necessárias ao integral cumprimento do presente deliberação. **Encerramento:** O Senhor Presidente deu por encerrada a suspensão da Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente lida aos acionistas, que a aprovaram e assinaram o livro competente, tendo autenticado todos os documentos apresentados, que ficam o direito arquivados na sede da Companhia, para todos os fins de direito. **Aprovação e Assinatura:** Lavrada e lida, foi a presente aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da mesa e de todos os acionistas presentes, como segue. Presidente: **Anrafel Vargas Pereira da Silva**; Secretário: *Ricardo Batista de Souza*; Acionistas: **Revita Engenharia S.A.**, representada por Anrafel Vargas Pereira da Silva e Carlos Alberto Nunes Bezerra; **Vital Engenharia Ambiental S.A.**, representada por Antônio Carlos Ferrari Salmeron e Ricardo Mota de Farias; e **Paulitec Construções Ltda.**, representada por Marcio Paillevis dos Santos. **Certidão:** A presente ata confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo, 29.12.2017. *Anrafel Vargas Pereira da Silva* - Presidente da Mesa; *Ricardo Batista de Souza* - Secretário da Mesa. Acionistas: **Revita Engenharia Ambiental S.A.** - Anrafel Vargas Pereira da Silva - Diretor, Carlos Alberto Nunes Bezerra - Diretor. **Vital Engenharia Ambiental S.A.** - Antônio Carlos Ferrari Salmeron - Diretor, Ricardo Mota de Farias - Diretor; **Paulitec Construções Ltda.** - Marcio Paillevis dos Santos - Representante. JUCESP nº 197.570/18-5 em 27.04.2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Oliveira Trust Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.310.054/0001-77 - NIRE JUCESP 353.0033020-0

Extrato de Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas Realizada em 28 de Abril de 2017

Local e Presenças: 28/04/2017, sede social da Companhia situada em SP/SP, à Rua Joaquim Floriano, nº 1052, Ilsen Bibi. Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberações tomadas por unanimidade: Em AGO - I)** Em relação ao exercício findo em 31/12/2016 **(a)** aprovado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras; e **(b)** face à apuração de lucro líquido no montante de R$ 222.073,39, aprovado: **(b1)** a destinação de R$ 210.969,72 referentes a dividendos não pagos, a serem pagos ao acionista em data a ser definida pela Diretoria; e **(b2)** a destinação do saldo remanescente dos lucros apurados no referido exercício, equivalente a R$ 11.103,67, para reserva legal; e aprovada **(2)** a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, cujo mandato se estenderá até a posse dos Diretores que vierem a ser eleitos na AGO a realizar-se no exercício de 2020, podendo haver reeleição, a saber: Srs. **Mauro Sergio de Oliveira**, brasileiro, casado, economista, RG nº 02.542.511-7, DETRAN-RJ e em 10/10/2005, CPF/MF nº 197.460.087-49; **Cesar Reinaldo Leal Pinto**, brasileiro, casado, economista, RG nº 20870-1, CRE - 1ª região em 10/04/96, CPF nº 371.893.797-00. **Em AGE: aprovado: (3)** fixar a remuneração mensal para cada um dos Diretores em 1 salário mínimo federal vigente, até o encerramento de seu mandato; **(4)** o cancelamento do saldo de ações ordinárias não integralizado, referente ao aumento de capital aprovado na AGE realizada em 13/04/2016, equivalente a 1.080.043,79 ações ordinárias, no valor de R$ 3.100.000,08; **(5)** o aumento do capital social da Companhia, no montante total de R$ 12.000.000,76, mediante emissão de 767.701 Ações Ordinárias pelo valor patrimonial de R$ 2,8657 por ação, com base em balanço especial de 31/03/2017, a ser subscrito e integralizado em até 1 ano a contar da data da Assembleia, na forma dos respectivos boletins de subscrição, cujas vias assinadas ficarão disponíveis na sede da Companhia; e **(6)** a alteração do Estatuto Social da Companhia em função de aportes decorrentes do aumento de capital da Companhia aprovado na AGE realizada em 13/04/2016, com a alteração do Artigo 4º, que passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 4º** - O capital social da Companhia é de R$ 3.704.223,69, dividido em 1.314.564 ações nominativas, todas sem valor nominal, sendo 1.257.064 ações ordinárias e 57.500 ações preferenciais resgatáveis. As ações são indivisíveis, não sendo reconhecido mais de um proprietário para cada ação". **Encerramento da Pauta:** Tendo sido apreciada a pauta da AGO/E, o Sr. Presidente informou que estava a mesma esgotada, determinando que os trabalhos fossem temporariamente suspensos para a lavratura da ata, reiniciando-se logo após a sua conclusão. **Aprovada na JUCESP em 12/04/2018 sob o nº 181.525/18-5. Secretária Geral - Flávia R. Britto Gonçalves e encontra-se disponível para consulta na sede social da Companhia.**

ESAN ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA.
CNPJ 43.018.868/0001-04
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores sócios convocados para reunião em caráter extraordinário a ser realizada em 08 (oito) dias a contar da data da primeira publicação do edital, às 09h00m, em primeira convocação com a presença de, no mínimo, 1/4 dos sócios, e às 10h00m, em segunda convocação, com qualquer número, a ser realizada na Av. Paulista, 1048, cj. 32, São Paulo-SP, tendo como Ordem do Dia: (i) elevação do capital social mediante a integralização de Reserva de Lucros ou Prejuízo Acumulado e da AFAC – Futuro Aumento de Capital; (ii) alteração do objeto social e; (iii) outros assuntos de interesse da sociedade.

São Paulo, 03 de maio de 2018.
Luiz Augusto Inserra
Sócio Administrador

K-09,10e11/05

São Paulo Locação de Torres Ltda.
CNPJ nº. 12.367.698/0001-47 NIRE 35.224.521.500
Ata de Reunião dos Sócios realizada em 26 de abril de 2018

Data, Horário e Local: 26 de abril de 2018, às 10hs, na sede da Sociedade, situada na Cidade de São Paulo, SP, na Rua Surubim, nº. 577, 2º andar, cidade 22, 21 e 24, Brooklin Paulista, CEP 04571-050. Presença: Sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade. Deliberações adotadas por Unanimidade: Os sócios aprovaram a redução do capital social da Sociedade de R$103.379.137,08 para R$102.379.137,08, com uma redução efetiva, portanto, de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), em razão de o capital social ser considerado excessivo para sua atividade. Em consequência da redução do capital social da Sociedade, de acordo com artigo 1.082, II, do Código Civil, os sócios assinaram uma Alteração do Contrato Social refletindo a redução de capital, a qual será arquivada na JUCESP em conjunto com esta ata, após prazo legal de 90 (noventa) dias contados desta publicação, conforme disposto no artigo 1084 do Código Civil.

10 e 11 / 05 / 2018

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003552-39.2017.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciano Gonçalves Paes Leme, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JULIANA MORENO ROSA, CPF 351.940.198-02, que Itaú Unibanco S/A lhe ajuiza ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 28.124,48 (março de 2017), referente ao empréstimo denominado Crediário Itaú, operação contrato nº 46513-000001099299578. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado. São Paulo 27 de abril de 2018.

10 e 11 / 05 / 2018

1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Capital/SP Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1109912-47.2016.8.26.0100. O Excelentíssimo Senhor Dr. Daniel Carmo Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Capital/SP, faz saber a DLS Comércio Varejista S/A (CNPJ. 13.204.572/0005-68), que Vest Hakime Indústria e Comércio de Roupas Ltda lhe ajuizou um Pedido de Falência, por ser credora da quantia de R$ 42.766,15 (outubro de 2016), representada pelas Duplicatas nº's 28134, 28135, 28136 e 28137, devidamente protestadas e em aberto e por falta de pagamento. Não localizada a ré, expede-se edital, para que, no prazo de 10 dias, a fluir dos 20 dias supra, apresente contestação ou deposite o valor correspondente ao total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios, sob pena de ser decretada a falência. Fica advertido que será nomeado curador especial em caso de revelia. Será o presente afixado e publicado. São Paulo 01/03/2018.

10 e 11 / 05 / 2018

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0007948-76.2017.8.26.0008. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr. Fábio Rogério Bojo Pellegrino, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Capri Produção, Comunicação, Vídeo e Áudio Ltda - EPP (CNPJ. 11.188.550/0001-00), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Itaú Unibanco S/A, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 205.221,35 (outubro de 2017). Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 (quinze) dias, a fluir dos 20 (vinte) dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Será o presente, afixado e publicado na forma da Lei.

10 e 11 / 05 / 2018

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003806-63.2016.8.26.0008. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr. Cláudio Pereira Franja, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Opção Todo Dia Ltda. CNPJ. 04.689.787/0001-00, na pessoa de seu representante legal, que na ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ora em fase de Cumprimento de Sentença, proposta por de Condomínio Edifício Tiffany, foi determinada sua INTIMAÇÃO DA PENHORA sobre os Direitos de comprimissário comprador que a executada possui sobre o Apartamento nº 141, do Condomínio Edifício Tiffany, situado na R José Alexandre Almeida Luiz, 161, no Jardim Analia Franco, 27º Subdistrito Tatuapé, incluso o depósito nº 13 do 2º subsolo e uso de seis vagas na garagem coletiva, objeto da matrícula nº 223.763, do 9º CRI da Capital/SP. Estando a executada em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 15 dias úteis, a fluir dos 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência da qual prosseguirá o feito seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, aos 21 de novembro de 2017.

10 e 11 / 05 / 2018

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1070048-65.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Andrea de Abreu e Braga, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Valdison Rodrigues Mendes (CPF. 437.703.551-72), Thalita de Castro Mendes (CPF. 752.829.331-87) e Célia de Castro Ribeiro Mendes (CPF. 001.147.947-34), que Doutes SIA Indústria Têxtil lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 102.084,89 (setembro de 2017), representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o debido atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de abril de 2018.

09 e 10 / 05 / 2018

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006196-35.2015.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 10ª Vara de Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Paulo Nimer Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Carla Gomes Filho (CPF. 072.637.738-48), Adriana Encina Gomes (CPF. 419.433.188-59) e Igor Encina Gomes, que José Encina Nunez Pires ajuizou ação de Exoneração de Alimentos c/c Revisional de Alimentos, objetivando o procedência da ação nos seguintes termos: A) exonerando o requerente da obrigação alimentar assumida frente à requerida Célei Gomes Filho (ex-esposa); B) exonerando o requerente da obrigação alimentar assumida frente à requerida Adriana Encina Gomes (filha do requerente); C) exonerando o requerente da obrigação de continuar pagando o Plano de Previdência Privada, que se destinava ao custeio do curso universitário da requerida Adriana Encina Gomes; D) exonerando o requerente da obrigação de pagar o Plano de Assistência Médica referente a requerida Adriana Encina Gomes; E) fixando para o requerente a obrigação de continuar pagando mensalmente a importância mensal de R$ 1.786,61, a título de pensão alimentícia para o requerido Igor Encina Gomes (filho do autor), até que o mesmo complete 24 anos, ou conclua o curso superior (aquilo que primeiro ocorrer); F) exonerando o requerente da obrigação de pagar o Plano de Assistência Médica referente ao requerido Igor Encina Gomes; G) por cautela, e de forma subsidiária, não se verificando eventualmente hipótese de exoneração, seja revista a prestação de alimentos vigente, adequando-a às necessidades/possibilidades das partes; H) sejam as partes requeridas condenadas ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereçam contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, os requeridos serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de maio de 2018.

10 e 11 / 05 / 2018

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000057-67.2016.8.26.0704. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Mônica de Cassia Thomaz Perez Reis Lobo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ELIANE BELTRÃO, Brasileiro, Solteira, RG 37223617, CPF 079.973.757-75, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de SESP - Sociedade Educacional São Paulo, para cobrança da quantia de R$ 10.262,36 (dez/2015), decorrente do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, tendo como objeto o curso de Engenharia Elétrica, no período noturno. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que flui após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito (ficando isenta de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de abril de 2018.

09 e 10 / 05 / 2018

PROCESSO Nº 1012733-85.2017.8.26.0001 EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1012733-85.2017.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcia Mayumi Okoda Oshiro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos eventuais herdeiros e interessados pelo Espólio de Alzira Gomes, nascida aos 29/10/1932, filha de Joaquim Gomes e Maria José de Jesus Gomes, que por este juízo tramitam os autos de Inventário dos bens deixados pelo falecimento de Virgínia Gomes Teixeira, movidos por Oswaldo Gomes Ferreira, tendo sido determinada a CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que flui após o decurso do prazo do presente edital, manifeste-se nos autos, e para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não se alegue ignorância, expede-se o presente edital nos termos do art 626,§ 1º do CPC, o qual será por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. **(09,10)**

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº **1063020-90.2017.8.26.0053**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 13ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). Alberto Alonso Muraz, na forma da Lei, etc. Faz saber que a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo/COHAB ajuizou em face de MARIA HERGETT, RG nº 1.648.916-0 SSP/SP, CPF/MF nº 127.106.468-54, IRENE CHRISTINE HERGETT, RG nº 3.371.545 SSP/SP, CPF/MF nº 027.421.288-91, MARIA THEREZA HERGETT, RG nº 3.349.290 SSP/SP, CPF/ MF nº 098.385.628-15, HENRIQUE HERGETT NETO, RG nº 7.621.508 SSP/SP, CPF/MF nº 004.042.788-92, ROSILDA MARIA RIBEIRO LOPES HERGETT, RG nº 7.872.931-2 SSP/SP, CPF/MF 001.056.028-92, HEIDI MARIA HERGETT RODRIGUES DE PAULA, RG nº 9.657.104-4 SSP/SP, CPF/MF nº 996.985.368-68, LUIS BENEDITO RODRIGUES DEPAULA, RG nº 5.799.986-7 SSP/SP, CPF/MF nº 723.996.438-87, ação de desapropriação, objetivando a integralidade dos imóveis localizados na Alameda Dino Bueno nº 118, 138 e 144/146, Campos Elíseos, São Paulo, matrículas nº 61.630, 61.633 e 24.333, todas do 2º ORI/SP, contribuintes nº 008.038.0001-2, 008.038.0030-4 e 008.038.0029-0, declarado de interesse social nº 47.680, de 04/05/77. E para ciência de eventuais interessados, os depósitos efetuados e demais, expede-se o presente edital com o prazo de 10 dias contados a fluir da 1ª publicação no D.J.E, nos termos do art. 34 do Decreto Lei 3365/41. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. SP, 27 de abril de 2018. **(09,10)**

E D I T A L D E N O T I F I C A Ç Ã O E X E C U Ç Ã O E X T R A J U D I C I A L

Pelo presente Edital de Notificação e para ciência do(s) interessado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, ou ocultara(m)-se ou recusara(m) o recebimento da notificação pessoal pelo oficial do cartório, fica(m) **NOTIFICADO(S)** o(s) mutuário(s) abaixo para ciência de que estamos autorizados na forma do Decreto-Lei nº 70 de 21/11/66, artigo 15 da RD 08/70 e artigo 19 da Lei nº 8.004 de 14/03/90, a promover a **EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL** da(s) HIPOTECA(S) que oneram o(s) imóvel(is) a seguir descrito(s), em favor da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**. Fica(m) cientificado(s), outrossim, de que têm o prazo de 20 (vinte) dias contados de **10/05/2018** para purgar(em) o débito e evitar(em) a execução extrajudicial. Quaisquer informações ou providências, fineza dirigir(em)-se à agência da Caixa Econômica Federal, onde foi lavrado o contrato, em qualquer dia útil em horário bancário.

Contrato: 8.1003.0082100-0 - SED: 10366/2018 - CREDOR: CAIXA - AGENTE: DOMUS DEVEDOR(ES): ANA MARIA CAZENTINI VALADÃO, BRASILEIRA, CASADA PELO REGIME DA COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS NA VIGENCIA DA LEI 6.515/77, CONFORME ESCRITURA DE PACTO ANTENUPCIAL REGISTRADA SOB Nº 5.172, NO CARTÓRIO DE REG. DE IMÓVEIS DE ITAPECERICA DA SERRA, DO LAR, CPF/: 091.825.308-07, RG: 20.039.664-SP Imóvel sito à: AVENIDA INTERCONTINENTAL, Nº 1522, AP 31, NO 3º ANDAR DO CONJUNTO RESIDENCIAL JARDIM CELESTE, BLOCO AQUARIO, NO 13º SUBDISTRITO BUTANTÃ - SÃO PAULO/SP. Cabendo-lhe o direito ao uso de uma vaga indeterminada na garagem coletiva do referido conjunto e que tão somente para efeito de disponibilidade recebe o nº 18, localizada no térreo.

São Paulo, 10/05/2018.
DOMUS COMPANHIA HIPOTECARIA
Agente Fiduciário

10, 11 e 12/05/2018

IMÓVEIS EM LEILÃO
EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL
SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

HELIO JOSE ABDOU, leiloeiro oficial estabelecido na Avenida Calim Eid, nº 2842, AP 08, Vila Ré, São Paulo/SP, FAZ SABER que, devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário COMPANHIA PROVÍNCIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, Agente Fiduciário do SFH, venderá na forma da Lei (Decreto-lei nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar – Lei 5.741/71, Lei 9.514/97, Lei 8.004/90 e Decreto 70/66 e CFG 10/77) no dia, hora e local referido, o imóvel adiante descrito onde estará nominado os seus respectivos proprietários, para pagamento da dívida hipotecária em favor da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA. A venda será feita pelo maior lance obtido. A venda a vista, com recursos próprios, será feita mediante pagamento integral no ato do leilão, podendo o arrematante pagar no ato, como sinal, 20% do preço da arrematação e o saldo restante no prazo impreterível de 08 dias, sob pena de perda do sinal dado. Quando o recurso utilizado for o FGTS, o arrematante deverá apresentar no ato da compra a carta de habilitação do FGTS. A venda com financiamento, o arrematante deverá apresentar no ato da compra, a Carta de Crédito, que poderá ser emitida por qualquer agência da CAIXA. As despesas relativas à comissão do leiloeiro, débitos fiscais, condominiais, registro, impostos e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será responsável pelas providências de desocupação do mesmo. Os devedores ficam, desde já, cientificados do dia, hora e local da realização do presente leilão. Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais. O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados informações pormenorizadas sobre os imóveis. INFORMAÇÕES: (11)97334-6595 – 11-2687-1327. E-mail: sp@credmobile.com.br.

PRAÇA: SÃO PAULO/SP, DATA: 29/05/2018 HORÁRIO: DAS 11:30 AS 11:45h
LOCAL: AV. GUILHERME COTCHING, Nº 117O, COD. 0273, AG. VILA MARIA-SAO PAULO/SP

1. Contrato: 1.1374.4144007-0 - SED: 30674/2018 - CREDOR: EMGEA - AGENTE: PROVINCIA
DEVEDOR(ES): JOSE LUIS GUTTO DE MORAES, BRASILEIRO, CASADO NO REGIME DA COMUNHAO PARCIAL DE BENS, NA VIGENCIA DA LEI 6.515/77, CONTADOR, CPF: 101.921.788-06, RG: 14.118.180-SP e seu cônjuge **LEILA LUIZA RODRIGUES DE MORAES,** BRASILEIRA, DO LAR, CPF: 063.170.128-14, RG: 14.116.909-SP Imóvel sito à: RUA ANA DE BARROS, Nº 320, AP 23, NO 2º OU 3º PAVIMENTO DO BLOCO B, CONDOMIN

CAPTALYS COMPANHIA DE INVESTIMENTOS - (Denominação anterior Finvest Serviços Financeiros S.A.) - CNPJ N° 05.085.693/0001-42

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, elaboradas na forma da legislação societária, relativas aos períodos findos em 31.12.2017 e de 2016.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.494	1.087	8.338	2.732
Contas a receber de clientes	7.1	16	57	179	65
Tributos a recuperar		1.512	1.481	1.968	1.876
Partes relacionadas	6	9.383	25.962	3.725	17.281
Outros créditos	7.1	1.864	2.864	6.026	5.177
		15.269	**31.431**	**20.246**	**27.131**
Não circulante					
Investimentos não permanentes					
Títulos e valores mobiliários	5	99.095	120.252	100.810	122.175
Partes relacionadas	6	38.473	14.901	38.473	15.096
Outros créditos	7.1	18	11	10.275	10.352
		137.586	**135.164**	**149.558**	**147.623**
Permanente					
Propriedade para investimento	9	-	-	248.900	241.012
Investimentos em controladas e coligadas	8	25.707	13.178	1.919	987
Imobilizado		1.937	2.071	1.937	2.071
Intangível		756	941	756	941
		28.400	**16.190**	**253.512**	**245.011**
Total do ativo		**181.255**	**182.785**	**423.316**	**419.770**

PASSIVO	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante					
Contas a pagar	10	984	1.116	1.115	1.705
Tributos a recolher		233	241	742	575
Receitas diferidas		-	102	-	102
Adiantamento de Dividendos	6	6.426	-	-	-
Dividendos distribuídos a pagar		-	20.000	12	20.013
Provisões trabalhistas	11	477	430	477	430
		8.120	**21.889**	**2.346**	**22.825**
Não circulante					
Outras contas a pagar	7.2	-	-	162.588	154.241
IR e CSLL diferidos		15.987	14.607	90.658	87.922
Provisão para perda com investimentos		-	-	8.670	8.670
		15.987	**14.607**	**261.896**	**250.833**
Patrimônio líquido					
Capital Integralizado	12.a	159.589	150.586	159.589	150.586
Reservas de capital		99	99	99	99
Reserva legal		2.061	1.672	2.061	1.672
Reserva de Lucro		11.775	11.762	11.775	11.762
Ajuste de avaliação patrimonial		(16.376)	(17.830)	(16.376)	(17.830)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**157.148**	**146.289**	**157.148**	**146.289**
Participação de não controladores		-	-	1.926	(177)
Total do patrimônio líquido		**157.148**	**146.289**	**159.074**	**146.112**
Total do passivo e patrimônio líquido		**181.255**	**182.785**	**423.316**	**419.770**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita Operacional Bruta					
Resultado com receita de atividade		1.440	785	19.006	10.899
Receita operacional líquida	13	**1.440**	**785**	**19.006**	**10.899**
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	14	(14.719)	(9.904)	(19.637)	(12.641)
Valor justo com propriedade para investimento		-	-	4.007	(263)
Outras receitas e despesas operacionais	15	(1.143)	(38)	(1.124)	(39)
Resultado de participações societárias	15	(10.673)	124	3.663	3.339
		(4.985)	**(9.818)**	**(16.391)**	**(9.553)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(3.545)**	**(9.033)**	**2.615**	**1.346**
Resultado financeiro					
Outras receitas financeiras		1.762	4.731	859	5.173
Resultado com instrumentos financeiros (VJPR)		10.947	17.445	11.052	17.626
	16	**12.709**	**22.176**	**11.911**	**22.799**
Imposto de renda e contribuição social					
Diferidos	17	(1.380)	(5.377)	(2.737)	(7.487)
Correntes	17	-	-	(2.736)	(7.482)
Lucro líquido do exercício		**7.780**	**7.766**	**9.704**	**15.350**
Lucro atribuível à:					
Controladores		-	-	7.780	7.766
Não controladores		-	-	1.924	7.584
Quantidade de ações ponderada		**135.726**	**130.235**	**135.726**	**130.236**
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$		**0,057**	**0,060**	**0,071**	**0,118**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social: Capital subscrito	Capital social: Capital a integralizar	Reservas de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros	Reservas de lucros: Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes: Ajuste de avaliação patrimonial	Total controladores	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**150.586**	-	**99**	**1.284**	**24.384**	-	**(17.830)**	**158.523**	**1.279**	**159.802**
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	388	388
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.766	-	7.766	7.584	15.350
Participações de minoritários exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.533)	(1.533)
Participações de minoritários exercício corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.336)	(1.336)
Distribuição desproporcional de lucros/dividendos a minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.527)	(6.527)
Constituição de reservas										
Reserva legal	-	-	-	388	-	(388)	-	-	-	-
Lucro não realizado à disposição da assembleia (nota 12)	-	-	-	-	7.378	(7.378)	-	-	-	-
Distribuição de lucros/dividendos exercício anterior	-	-	-	-	(20.000)	-	(20.000)	-	(13)	(20.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**150.586**	-	**99**	**1.672**	**11.762**	-	**(17.830)**	**146.289**	**(177)**	**146.112**
Aumento de capital (nota 12)	9.003	-	-	-	-	-	-	9.003	2	9.005
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.780	-	7.780	1.924	9.704
Constituição de reservas										
Reserva legal	-	-	-	389	-	(389)	-	-	-	-
Lucro não realizado à disposição da assembleia (nota 12)	-	-	-	-	7.391	(7.391)	-	-	-	-
Distribuição de lucros/dividendos exercício anterior	-	-	-	-	(7.378)	-	-	(7.378)	177	(7.201)
Reversão ajuste de avaliação patrimonial investimentos	-	-	-	-	-	-	1.286	1.286	-	1.286
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	-	168	168	-	168
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**159.589**	-	**99**	**2.061**	**11.775**	-	**(16.376)**	**157.148**	**1.926**	**159.074**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro líquido do exercício	7.780	7.766	9.704	15.350
Outros resultados abrangentes	1.286	-	1.286	-
Total do resultado abrangente do exercício	**9.066**	**7.766**	**10.990**	**15.350**
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Controladores	9.066	7.766	9.066	7.766
Não controladores	-	-	1.924	7.584
	9.066	**7.766**	**10.990**	**15.350**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) Exercícios findos em 31.12.2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	7.780	7.766	9.704	15.350
Ajustes por:				
Amortizações/depreciações	505	334	505	334
Equivalência patrimonial	(10.771)	(5.985)	(261)	(1.575)
Variação nos ativos e passivos:				
(Aumento) Diminuição em impostos a recuperar	(51)	71	(92)	902
(Aumento) Diminuição valores a receber	1.041	(1.000)	(963)	(868)
(Aumento) Diminuição) líquido em partes relacionadas	(6.983)	(7.163)	(9.831)	(4.069)
Aumento (Diminuição) em obrigações	(195)	1.017	(478)	(1.459)
(Aumento) Diminuição instrumentos financeiros longo prazo	21.157	(5.997)	21.365	(6.270)
(Aumento) Diminuição outros créditos longo prazo	(7)	(11)	8.409	8.717
Aumento (Diminuição) em dividendos a pagar	(20.000)	20.000	(20.001)	20.013
(Aumento) Diminuição em adiantamento de dividendos	6.426	-	-	-
Aumento (Diminuição) no exigível a longo prazo	1.380	5.377	2.736	3.581
	272	**14.389**	**11.093**	**34.636**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Propriedade para investimento	-	-	(7.888)	(7.880)
(Aumento) Diminuição em investimentos	(1.758)	8.465	(671)	2.340
(Aumento) Diminuição no imobilizado/Intangível	(188)	(2.471)	(188)	(2.467)
	(1.944)	**5.994**	**(8.745)**	**(8.007)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento/Integralização de capital	9.003	1	9.003	1
Não controlador	-	-	179	(9.036)
Dividendos distribuídos exercícios anteriores	(7.378)	(20.000)	(7.378)	(20.013)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.454	-	1.454	-
	3.079	**(19.999)**	**3.258**	**(29.048)**
Caixa e equivalentes de caixa	1.407	384	5.606	(2.419)
Caixa e equivalentes de caixa				
Disponibilidades:				
No início do exercício	1.087	703	2.732	5.142
No fim do exercício	2.494	1.087	8.338	2.723
	1.407	**384**	**5.606**	**(2.419)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
1. Receitas				
Prestação de serviços	514	915	15.200	8.005
Receitas com Intermediação de negócios	994	-	3.773	-
Receitas da venda de unidades imobiliárias	-	-	1.500	5.184
Total receita bruta da atividade	1.509	915	20.373	14.189
(-)Deduções de Vendas				
Impostos diretos	(69)	(130)	(193)	(829)
Receita Líquida da atividade	**1.440**	**785**	**20.180**	**13.360**
(-) Custos incorridos				
Custo de unidades imobiliárias vendidas	-	-	(1.174)	(2.461)
Resultado bruto da atividade	**2.949**	**785**	**19.006**	**10.899**
14. Despesas gerais e administrativas				
	Controladora 2017	**Controladora 2016**	**Consolidado 2017**	**Consolidado 2016**
Com pessoal	(5.108)	(6.993)	(9.108)	(6.002)
Ocupação	(963)	(989)	(1.189)	(1.128)
Viagens	(319)	(213)	(341)	(263)
Utilidades e serviços	(346)	(264)	(389)	(292)
Serviços terceiros - PJ	(6.895)	(1.494)	(8.738)	(2.273)
Tributárias	(208)	(127)	(1.301)	(461)
Depreciações e amortizações	(505)	(334)	(505)	(334)
Despesas com Vendas e Marketing	(58)	(63)	(103)	(65)
Seguros	(67)	(81)	(67)	(81)
Comissões e corretagens	(26)	(4)	(472)	(22)
(+/-)Gerais e Administrativas	(1.319)	(273)	(1.438)	(385)
	(14.719)	**(9.904)**	**(19.637)**	**(12.641)**

15. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Resultado de participações Societárias				
Resultado com equivalência patrimonial	10.771	6.651	261	1.575
Ganho ou perda na alienação participação societária	102	-	102	1.815
Outras receitas	-	-	50	-
Perda com distribuição de lucros não proporcionais	-	(6.527)	-	-
Resultado com participações societárias	10.873	124	413	3.390
Outras receitas e despesas operacionais				
Provisão para perdas equipamento hospitalar (HMTR)	(844)	-	(844)	-
Perdas na alienação de investimentos disponíveis à venda	(17)	-	(17)	-
Perdas na alienação de imobilizado	-	(38)	-	(39)
Resultado na alienação de participações não permanentes	(881)	(38)	(861)	(39)
Outras despesas não dedutíveis	**(262)**	**(313)**	**(262)**	**(313)**
Outras receitas e despesas operacionais	**9.730**	**86**	**(761)**	**3.351**
16. Resultado financeiro				
	Controladora 2017	**Controladora 2016**	**Consolidado 2017**	**Consolidado 2016**
Receitas Financeiras realizadas				
Rendimentos de aplicações financeiras	986	208	1.063	551
Juros e atualizações monetárias ativos	1.258	4.758	2.420	4.951
Descontos Obtidos	5	1	6	2
(-) PIS e Cofins sobre receitas financeiras	(67)	(221)	(95)	(229)
Juros e atualizações monetárias passivas	(1)	(3)	(2.535)	(1)
	1.762	**4.731**	**859**	**5.173**
Receitas financeiras a realizar				
Ajuste a valor justo - AVJ	10.947	17.445	11.052	17.626
Resultado financeiro	**12.709**	**22.176**	**11.911**	**22.799**

17. IRPJ e CSLL Social corrente e diferido

a. Reconciliação do IR e CSLL – Controladora:

	2017	2016
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	9.160	13.143
Adições		
Exclusões		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(10.771)	(6.652)
Ajuste Fundos fechados não realizados no efeito caixa-VJPR	(10.947)	(17.445)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	**(12.558)**	**(10.954)**
Imposto Diferido		
Base calculo		
Fundos fechados fechados não realizados no efeito caixa	10.947	17.445
(-) Prejuízos anteriores compensados	(3.288)	(1.159)
Base cálculo	**7.663**	**15.886**
IRPJ 15%	(1.021)	(2.383)
Adicional 10%	-	(1.564)
CSLL 9%	(359)	(1.430)
Total impostos diferidos	(1.380)	(5.377)
Resultado do exercício após impostos	**7.780**	**7.766**

b. Reconciliação do IR e CSLL – Consolidado

	2017	2016
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	14.526	24.145
Adições		
Custo de capitação SCP	(1.959)	6.395
Exclusões		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(363)	(1.575)
Dividendos/Juros recebidos	-	-
Ajuste Fundos fechados não realizados no efeito caixa-VJPR	(11.052)	-
Reversão Provisão para PLR	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL exercício corrente	**1.124**	**28.965**
Impostos na controladora		
IRPJ 15%	(1.021)	(2.383)
**Adicional 10%*	-	(1.564)
CSLL 9%	(359)	(1.430)
Total Controladora	**(1.380)**	**(5.377)**
Efeito de controladas Lucro real	(57)	(274)
Efeito de controladas Lucro presumido	(3.303)	(2.146)
Total consolidado	**(4.821)**	**(8.798)**
Diferido	(2.737)	(7.488)
Corrente	(2.085)	(1.309)
Resultado após impostos	9.704	15.350

c. Movimentação do passivo fiscal diferido, no consolidado: O passivo fiscal diferido é demonstrado como segue:

	2017	2016
Diferenças temporárias		
Saldo inicial	(7.913)	(1.726)
Receita de fundos fechados não realizados no efeito caixa	11.052	17.626
Lucro não realizado na Abrye sobre valor justo de terreno	4.007	(6.132)
Base de cálculo para IR e CS diferidos	6.047	22.022
Alíquota combinada de IR e CS	34%	34%
Saldo CS diferido líquido	**2.736**	**7.482**

18. Instrumentos financeiros: A Administração da Companhia é de opinião de que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas entre os valores de mercado, em relação ao valor de mercado de parte substancial dos saldos ocorrerem em datas próximas as dos balanços.

	Controladora Valor contábil e valor de mercado 2017	Controladora Valor contábil e valor de mercado 2016
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	15	4
Contas a receber	16	57
Partes relacionadas	9.383	25.962
Valores a receber	1.864	2.864
Depósitos judiciais	-	-
Ativo classificado como mantido para venda:		
Instrumentos financeiros	1.513	-
Mensurado a valor justo por meio de resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa	2.479	1.083
Instrumentos financeiros	97.582	120.252
Ativos financeiros	**112.852**	**159.222**
Outros passivos financeiros:		
Contas a pagar	984	359
Outras contas a pagar	-	-
Passivos financeiros	**984**	**359**

18 ... 8.320 2.725 ... 99.297 121.386 ... **128.135 181.364** ... 1.114 1.206 ... 152.262 154.241 ... **153.376 155.446**

Derivativos: A Companhia, durante os exercícios de 2017 e 2016, não efetuou qualquer operação classificada na linha de **Instrumentos financeiros derivativos**.

19. Seguros (não auditados): A Companhia possui Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores – D&O renovado anualmente. **20. Provisão para demandas judiciais:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, não possui registro de ações judiciais e processos administrativos classificados com probabilidade de perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, possui ações de natureza trabalhista classificadas com probabilidade de perdas como possíveis, para as quais não há provisão constituída, no montante de R$326 mil (Em 2016 a Companhia não possuía). Porém suas investidas: Finesval ABV Participações S.A. e Finvest Gestão de Ativos (esta última respondendo pelo Fundo BSO FIP na qualidade de gestora) foram arroladas em processos trabalhistas, no polo passivo, para responder solidariamente com o efetivamente responsável por tais reclamações. Hospital Maria Thereza Rennó e tais processos encontram-se na esfera judicial para serem julgados. **21. Outros serviços prestados pelos auditores independentes:** Informamos que a Empresa contratou para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os seguintes serviços que não seguem de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência dos auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste. **22. Eventos subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA **Sergio Venditti** - Contador - CRC 1SP124.501/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Captalys Companhia de Investimentos S.A.** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Captalys Companhia de Investimentos S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Captalys Companhia de Investimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, são descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável sobre as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, se tais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro do contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a tomada de decisão econômica dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. **3.** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. **4.** Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais ser mantenir em continuidade operacional. **5.** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de maio de 2018.

BDO RCS Auditores
Independentes SS
CRC 2 SP 01384/O-1

Francisco de Paula dos Reis Junior
Contador CRC 1 SP 130268/O-6
Alexandre Fernandes Marinho
Contador CRC 1 SP 245857/O-3

Jornal O DIA SP São Paulo, quinta-feira, 10 de maio de 2018

BREF III Empreendimentos Imobiliários II S.A. – CNPJ nº 26.083.495/0001-50

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - (Valores expressos em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante	171	-	**Patrimônio líquido**	4.122	-
Caixa e equivalentes de caixa	171	-	Capital social	4.151	1
Não circulante	3.951	-	Aquração do resultado do exercício	(29)	-
Aporte capital	3.951	-	**Total passive e patrimônio líquido**	4.122	-
Total do ativo	4.122	-			

Demonstração do Resultado

Despesas e receitas operacionais	Notas	2017	2016
Gerais e Administrativas	8	(29)	-
Resultado antes do IR e CS		(29)	-
Prejuízo do exercício		**(29)**	**-**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(29)	-
(Acréscimo)/decréscimo em ativos Estoque de imóveis	(3.951)	-
Acréscimo/(decréscimo) em passivos		
Tributos a pagar	4.150	500
Outras contas a pagar	0	(4.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**171**	**50**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**171**	**50**
Caixa e equivalentes de caixa: No fim do exercício	171	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**171**	**-**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2017	2016
Demonstração do resultado abrangente		
Lucro/Prejuízo do exercício	(29)	-
Resultados abrangentes do exercício	(29)	-

Demonstração do fluxo de caixa

Das atividades operacionais	2017	2016
Prejuízo do exercício	(32)	-
Acréscimo/(decréscimo) em ativos		
Outras contas a pagar	(3.845)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(3.878)**	**-**
Das atividades de financiamento		
Integralização de Capital Social	3.951	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**3.951**	**-**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**73**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa: No fim do exercício	73	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**73**	**-**

João Rodrigues Teixeira Junior - Administrador - CPF: 036.293.778-82
Anderson Mesquita Ianone - CRC Nº 1 SP 258308

BREF III Empreendimentos Imobiliários SII S.A. – CNPJ nº 26.083.240/0001-90

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - (Valores expressos em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante	3.923	-	**Patrimônio líquido**	3.923	-
Caixa e equivalentes de caixa	73	-	Capital social	3.951	1
Mútuo	3.850	-	Capital a integralizar	(1)	-
Total do ativo	3.923	-	Aquração do resultado do exercício	(33)	
Balanços Patrimoniais	2017	2016	**Total passivo e patrimônio líquido**	3.923	-
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	5	-	**João Rodrigues Teixeira Junior**		
Outras contas a pagar	5	-	Administrador - CPF: 036.293.778-82		
Patrimônio líquido	3.918	-	**Anderson Mesquita Ianone** - CRC Nº 1 SP 258308		
Capital social	3.951	1			
Capital a integralizar	(1)	-			
Aquração do resultado do exercício	(33)				
Total passivo e patrimônio líquido	3.923	-			

Demonstração do Resultado

Despesas e receitas operacionais	Notas	2017	2016
Gerais e Administrativas	7	(32)	-
Resultado antes do IR e CS		(32)	-
Prejuízo do exercício		(32)	-
Demonstração do Resultado Abrangente		**2017**	**2016**
Lucro/Prejuízo do exercício		(32)	-
Resultados abrangentes do exercício		(32)	-

Demonstração do fluxo de caixa

Das atividades operacionais	2017	2016
Prejuízo do exercício	(32)	-
Acréscimo/(decréscimo) em passivos		
Outras contas a pagar	(3.845)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(3.878)**	**-**
Das atividades de financiamento		
Integralização de Capital Social	3.951	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**3.951**	**-**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**73**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa: No fim do exercício	73	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**73**	**-**

GTIS Leopoldo Participações Ltda. - CNPJ (09.580.951/0001-51 - NIRE 35.2.2237317-1

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em Milhares de Reais)

Balanços patrimoniais

ATIVO	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante	**519**	**195**	**22.836**	**13.313**
Caixa e equivalentes de caixa	421	24	5.489	5.464
Contas a receber	-	-	16.710	13.098
Tributos a recuperar	98	81	122	232
Adiantamento a fornecedores	-	-	206	206
Outros créditos	-	-	314	313
Não circulante	**266.379**	**252.506**	**285.376**	**265.889**
Imóveis destinados à venda	-	-	283.390	263.336
Outros créditos	-	-	1.876	2.385
Investimentos	266.379	252.506	-	-
Imobilizado	-	-	100	108
Total do ativo	**266.898**	**252.611**	**308.212**	**305.202**
PASSIVO				
Circulante	**118.495**	**37.921**	**124.697**	**42.842**
Fornecedores	-	-	1.238	435
Obrigações Tributárias	-	-	2.539	2.582
Impostos diferidos	-	-	2.428	1.903
Contas a pagar	111.273	-	111.273	1
Redução de capital a pagar	7.222	37.921	7.222	37.921
Patrimônio líquido	**148.403**	**214.690**	**148.403**	**214.690**
Capital social	103.417	103.417	103.417	103.417
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.080	-	21.080	-
Transações de capital entre os sócios	(14.724)	-	(14.724)	-
	103.417	103.417	103.417	103.417
Total do ativo	**266.898**	**252.611**	**308.212**	**305.202**

Demonstrações do resultados abrangentes

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita Líquida de Locação	-	-	79.588	73.722
(=) Resultado bruto	**-**	**-**	**79.588**	**73.722**
(=) Despesas e receitas Operacionais:				
Gerais, administrativas e comerciais	(68)	(68)	(5.372)	(5.924)
Tributárias	(7)	(74)	(113)	(136)
Outras receitas e despesas operacionais	(150)	-	1.041	1.294
Resultado de equivalência patrimonial	38.893	35.292	-	-
(=) Lucro antes das despesas e receitas financeiras	**38.773**	**35.150**	**75.140**	**68.956**
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
	Capital Social	**Adiantamento para futuro aumento de capital**	**Transações de capital entre os sócios**	**Lucros lucros**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**103.417**	-	-	**76.167**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	35.150
Distribuição de Lucros	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**103.417**	-	-	**111.273**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.630
Distribuição de Lucros	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	21.080	-	-
Transações de capital entre os sócios	-	-	(14.724)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**103.417**	**21.080**	**(14.724)**	**149.903**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	**38.016**	**34.504**	**64.008**	**61.775**
Lucro antes do IR e CS sobre lucro	38.630	35.108	75.136	69.045
Ajustes por conciliação e resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação	-	8	-	27
Resultado de equivalência patrimonial	(38.969)	(35.298)	-	-
Impostos diferidos (PIS/COFINS)	-	-	132	(336)
	(369)	**(190)**	**75.276**	**68.768**
Variações nos ativos e passivos (Aumento)/redução nos ativos:				
Contas a receber	-	-	(3.615)	2.337
Tributos a recuperar	(17)	117	110	117
Outros créditos	-	-	506	(506)
Dividendos recebidos	38.402	34.579	-	-
Aumento/(redução) de passivos:				
Fornecedores	-	(1)	803	(46)
Tributos a pagar (exceto imposto de renda e contribuição social)	-	(1)	17	(38)
Contas a pagar	-	(1)	(1)	1
Imposto de renda e CS sobre o lucro pagos	-	-	(9.088)	(8.997)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Despesas financeiras	(138)	(74)	(200)	(109)
Receitas financeiras	55	44	275	188
(=) Lucro antes das provisões tributárias	**38.630**	**35.106**	**75.136**	**69.045**
Imposto de renda e CS sobre o lucro	-	-	(9.418)	(8.783)
(=) Lucro antes da participação dos não controladores	**38.630**	**35.106**	**65.718**	**60.262**
(-) Participação dos não controladores			(27.088)	(25.178)
(=) Lucro líquido de exercício	**38.630**	**35.106**	**38.630**	**35.106**

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais	2017	2016
Ativo/Circulante	**29**	**11**
Caixa e equivalentes de caixa	24	9
Impostos e contribuições a recuperar	2	2
Não Circulante	**266.318**	**265.786**
Investimentos	266.318	265.786
Total do Ativo	**266.347**	**265.797**
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	**Capital social**	**Distribuição de lucros**
Saldos em 31/01/2016	250.964	(111.480)
Prejuízo do exercício	-	-
Distribuição de lucros	-	(40.266)
Saldos em 31/12/2017	**250.964**	**(151.756)**
Demonstração do Resultado Abrangente		**2017**
Lucro/Prejuízo do exercício		**40.811**
Resultados abrangentes do exercício		**40.811**

Demonstração do Fluxo de Caixa	2017	2016
Das atividades operacionais: Prejuízo do exercício	40.811	37.155
Acréscimo/(decréscimo) em ativos: Investimentos	(530)	(738)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**40.281**	**36.397**
Das atividades de financiamento		
Distribuição de lucros	(40.266)	(36.400)
Caixa líquido proveniente atividades financiamento	**(40.266)**	**(36.400)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**15**	**(3)**
Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício	9	12
No fim do exercício	24	9
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**15**	**(3)**

João Rodrigues Teixeira Junior
CPF: 036.293.778-82 - Administrador
MP Cont Sociedade Simples Ltda.
Fernando Lucas Correa da Silva
CRC nº 1 SP 262012/O-1

As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição na sede da Companhia

GTIS IV Participações Ltda.

CNPJ 09.580.941/0001-16

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **0217086-16.2008.8.26.0100** (USUC 1010) O(A).Doutor(a).Rodrigo Ramos, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)(s) João da Silva ou Anésio João da Silva, a saber: Margarida Bueno da Silva, Benedito Bueno da Silva, Antônio Bueno da Silva, Maria Bueno da Silva Cerdido, Joaquim Rodrigues Cerdido, Marcilio Bueno da Silva, Terezinha Reimberg da Silva, José Bueno da Silva, Conceição Barbosa da Silva, Pedro Bueno da Silva, Helena Vicente da Silva, Aparecida da Silva Rocha, Valmir Ferraz Rocha, Ernesto Bueno da Silva, Horácio Bueno da Silva, Marilene Bueno da Silva, Jonas Abel Franco, João Bueno da Silva, Matilde Bueno da Silva, Guglielmo Crescenzo, Nair de Paula Vieira Crescenzo, Manoel Maurício Leco, Toshiru Tanaka, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Maria da Graça Pinheiro Bove, ajuizou ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Estrada Municipal Vera Cruz, nº 423 Jardim Vera Cruz, - Distrito de Parelheiros - São Paulo SP, com área de 9.337,79 m², Inc ra nº 638.358.413.887-2, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **(10,11)**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Associação dos Participantes e Assistidos de Fundações e Sociedades Civis de Previdência Complementar da Área de Telecomunicações ASTEL-ESP, com sede a Rua Primeiro de Janeiro, 235 - Vila Clementino – São Paulo – Capital, convoca os (as) Senhores (as) Associados (as) a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, em sua sede social, em concordância com o artigo 14º do Estatuto Social da ASTEL-ESP, no dia 17/05/2018, às 09:30 horas, em primeira convocação, não havendo quórum, às 10:30 horas, em segunda convocação, com o número de associados presentes, para apreciação da seguinte ordem do dia: **- Eleição de Diretor Administrativo e Diretor Financeiro para completar o mandato desses cargos.** São Paulo, 10 de maio de 2018. José Carlos Wenceslau - Presidente do Conselho de Administração.

São Joaquim Administração e Participação Ltda.

CN.N.Pj. 59.104.984/0001-01
Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, vimos submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado do Exercício e das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2017. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

São Paulo, 24 de abril de 2018.
A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (em milhares de reais)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
Circulante	**18.511**	**15.542**	**Circulante**	**4.053**	**5.131**
Caixa e equivalentes de caixa	3.767	4.674	Empréstimos e financiamentos	976	2.144
Contas a receber	14.595	10.719	Obrigações tributárias	2.396	2.312
Impostos a recuperar	149	149	Contas a pagar	681	675
Ativo Não Circulante	**590.323**	**400.462**	**Passivo Não Circulante**	**39.407**	**30.710**
Partes relacionadas	86.107	19.969	Empréstimos e financiamentos	32.104	30.286
Depósitos judiciais	3.123	2.338	Obrigações tributárias	7.303	424
Impostos a recuperar	626	626	**Patrimônio Líquido**	**565.374**	**380.163**
Investimentos	442.323	314.001	Capital social	270.068	238.968
Imobilizado líquido	58.144	63.528	Reserva de lucros	295.306	19.586
			Lucros acumulados		121.609
Total do Ativo	**608.834**	**416.004**	**Total do Passivo**	**608.834**	**416.004**

Demonstrações do Resultados

	2017	2016
Receita bruta de vendas e serviços	**63.889**	**60.648**
(-) Custo das vendas e dos serviços	**(10.959)**	**(14.782)**
(=) Resultado bruto	**52.930**	**45.866**
(-) Despesas e receitas operacionais	**140.294**	**(24.948)**
Despesas administrativas	(7.157)	(8.540)
Despesas e receitas financeiras	3.949	4.235
Resultado participação acionária	143.502	(20.643)
(=) Resultado antes das provisões tributárias	**193.224**	**20.918**
Imposto de renda	(5.393)	(5.187)
Contribuição social	(1.950)	(1.876)
Lucro Líquido do Exercício	**185.881**	**13.855**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	**238.968**	**19.586**	**121.609**	**380.163**
Dividendos distribuídos	-	(9.162)	(22.608)	**(31.770)**
Lucro do exercício	-	-	185.881	**185.881**
Aumento de capital	31.100	-	-	**31.100**
Saldos em 31/12/2017	**270.068**	**10.424**	**284.882**	**565.374**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei nº 12.973/14, as despesas e receitas foram reconhecidas no resultado pelo regime de competência. O Capital Social é de R$ 270.068 totalmente integralizado. O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram apurados com base no Lucro Presumido.

Rogerio Zenardi - Contador - CRC 1SP115594/O-7

Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. – CNPJ/MF nº 69.034.668/0001-56 - NIRE 35.300.368.169 - **Extrato da Ata da AGO realizada em 17 de abril de 2018** - **Data, Hora e Local:** Aos 17 dias do mês de abril de 2018, às 10:00 horas. **Presença:** Totalidade **Mesa: Presidente: Marcos Eduardo Binder; Secretário: Geraldo Franco Sobreira. Publicação dos Documentos:** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes foram publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Diário Oficial Empresarial, nesta data (17 de abril de 2018), nas páginas 24, 25, 26 e 27, no jornal de grande circulação O DIA no dia 14 de abril de 2018, na página 9 e 10, nos termos do § 3º, do artigo 133, da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** (i) As contas apresentadas pela Diretoria e, referendada pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017; (iii) Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do Estatuto Social, a seem pagos aos acionistas oportunamente, e a destinação do saldo de lucro apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, líquido dos dividendos mínimos obrigatórios, para a conta de lucro a destinar, sem aplicação em reserva legal, em razão do valor constante da reserva legal somado a reserva de capital exceder em 30% (trinta por cento) o valor do capital social, nos termos do artigo 193, §1º da Lei 6.404/76; e (iv) Publicação desta ata na forma de estatuto, nos termos do § 3º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Assinaturas dos presentes.

Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.300.053.095

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas da **Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A.** ("Companhia") convocados a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 18 de maio de 2018, às 13h, na Avenida Angélica, nº 2529, 6º andar, Edifício Estadorio Business Tower, nº 6501, 32º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,** para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Reformar o Estatuto Social da Companhia a fim de: (a) promover ajustes de redação nos Artigos 2º, 5º, 9º, 14, caput, 15, 19, 23, § Único e 26; (b) alterar o Artigo 10, a fim de modificar o caput e incluir o §2º, transformando o atual parágrafo único; (c) alterar o Artigo 11, caput e §§1º, 2º e 3º, bem como incluir um novo §4º, renumerar o anterior §4º deste Artigo para §5º, além de excluir o antigo §5º; (d) alterar o Artigo 12, caput e alíneas "a", "e", "f", "g", "i", "k", "l", "m", "o", bem como excluir as alíneas "h", "n" e "r"; (e) alterar o Artigo 13, alíneas "a", e excluir as alíneas "c", "d" e "e" deste Artigo; (f) alterar o Artigo, 17, caput e §1º, alíneas "a" e "i" e incluir nova alínea a este §1º, bem como alterar o §2º, caput, e alíneas "a", "b" e "d" deste §2º; e (g) alterar o Artigo 24, § Único, transformando o § Único em §1º, e incluir novo §2º a este Artigo; (ii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, bem como a realização das adaptações de referência e alterações em decorrência das alterações realizadas de acordo com o item "i" acima, incluindo a renumeração dos Artigos, seus parágrafos e alíneas, do Estatuto Social da Companhia; (iii) Destituir os atuais membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) Eleger novos membros para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato pelo prazo de 2 (dois) anos. Encontram-se na sede da Companhia, na forma do Artigo 135, §3º da Lei nº 6.404/76, a versão marcada e a versão consolidada do Estatuto Social da Companhia, contendo as alterações, mencionadas neste edital, que serão submetidas à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária. São Paulo, 09 de maio de 2018. **Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto - Presidente do Conselho de Administração.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na qualidade de Administradores da Sociedade Amigos do Parque Itaguaçu da Cantareira, com sede nesta Capital, à Avenida Arquiteto Roberto Aflalo, s/n.º – Vila Nova Cachoeirinha, e atendendo determinação do Sr. Presidente, conforme previsto no artigo 32º do Estatuto Social, vimos através do presente, convocá-los a participarem da Assembleia Geral Ordinária, no local, dia e hora abaixo indicados: **LOCAL:** Rua Otávio Zampirolo, altura do n.º 1200 – Vila Nova Cachoeirinha - São Paulo - SP **(Casinha utilizada pelos Agentes e PM) DATA:** 26 de Maio de 2018 (sábado); **HORÁRIO:** As 9:00 (nove horas) em primeira convocação, e na falta quórum, às 10:00 (dez horas), em segunda convocação. **Para deliberarem sobre os seguintes assuntos: 1.** Composição da mesa diretora dos trabalhos; **2.** Eleição novos membros para compor o Conselho Deliberativo (em substituição aos membros que estão sendo desligados), para cumprirem o mandato até 30/04/2019; **3.** Ratificação das deliberações referente à Previsão Orçamentária para o ano em curso (despesas e receitas); **4.** Alteração do Regulamento Interno, especificamente em relação às normas de construção e edificações dentro de vilas Lotes dentro do Parque Itaguaçu; **5.** Assuntos diversos de interesse geral. Somente poderão participar da Assembleia, conforme previsto no "Artigo 32º, do Estatuto Social, **os associados adimplentes com todas as suas contribuições, inclusive a taxa de individual individual, bem como, em pleno gozo dos seus direitos estatutários**. Terá direito a um voto o proprietário de terreno ou titulares de direitos de terrenos, incorporadores e condomínios que tenham metragem de até 1.500 m² de terreno. Aqueles que tiverem áreas maiores que 1.500 m², terão direito a tantos votos quanto forem as múltiplos dessa metragem. Ressaltamos ainda que o local da reunião tem espaço limitado, e por este motivo, será permitida a entrada de apenas 01 (um) representante por lote. Contamos com a presença de todos, considerando que os assuntos abordados em assembleia, ficigam os ausentes a acatarem amplamente o que for estabelecido. Sem mais para o momento, subscrevemo-nos. Atenciosamente. IMOBILIFE ASSESSORIA DE BENS LTDA - Divisão de Condomínios

5ª VARA DA FAMÍLIA REGIONAL I SANTANA
EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1019263-08.2017.8.26.0001**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional I – Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Irineu Francisco da Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Alteração do Regime de Bens movida por Veronica Silva Dela Coleta e Gilberto Dela Coleta, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento, de comunhão total para comunhão parcial. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC para conhecimento de eventuais interessados, para que em até 15 dias, que fluirá após o decurso de prazo do presente edital, se manifestem nos autos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de abril de 2018 **(09,10)**

VIZEU LILOEIRO OFICIAL Leilão Somente ONLINE (6ª Feira) às 13:00h. **Dia 11/05/2018**

Máquinas, Eletroeletrônicos, Informática, Móveis p/ Escritório

Visitação: Valinhos/SP: Dia 10/05/2018 das 13:30 às 16:00h;
Diadema/SP: Dia 11/05/2018 das 8:30 às 12:00h. Demais lotes: Agendar visita

VALINHOS-SP: Unidade Soprador Howden Donkin Sinle Stage Centrifugal, Drive Regen modelo OVFR02B-402, Impressoras Digital PB Digimaster 9110 Refurbished (Kodak), Equipamento para Academia, Máquina de Pintagem modelo Cresceen 40, Chiller para Motores, Autoclave e Descarcador Motermal, Processadora de Salsicha, Projetores, Tampos de Mesas, Projetores, Gaveteiros, Mesas, Armários, **DIADEMA-SP:** Armários, Gaveteiros, Cadeiras, Mesas, Plataforma de Teto (Rack) de uma Porsche Cayenne, Aparelho de TV, Plasma, Impressoras diversas, Móveis para Escritório, **SÃO PAULO-SP:** Portas de Madeira, Caixas Metálicas de Luminárias usadas, Impressoras, Móveis para Escritório, **SOROCABA-SP:** Rolo de Retorno Aniloxs, Rolamentos Aniloxs, Equipamentos diversos para Gráfica, Equipamentos para Motor, **RIBEIRÃO PRETO-SP:** Aparelho de TV com Avarias, **CAUCAIA-CE:** Ar Condicionado, CPUs (sem HD), Mesa com Bancos, Extintores, Porta de Vidro, Armários, Gaveteiros, Cadeiras Giratórias e Fixa, Suporte para CPU, Mesa desmontada, Switch, Estabilizador, Coffe, Quadro de Energia, Estações de Trabalho desmontadas, Divisórias, Teclados, Nobreak, Rack, **PIRACICABA-SP:** Diversos tipos de Máquinas: Tornos, Centro de Usinagem, Fresadoras, Furadeiras, Marcadoras, Máquina Serra, Guilhotina, Brochadeira, Balanceadora Vertical Dobradeira, **REGIFE-SP:** Lote com Peças de Reposição para Veículos GM sendo: Coxins, Manga de Eixos da Roda, Pastilha de Freio, Farólis, Caixeta de Borracha, Lanternas de Neblina, Molduras do Retrovisor, Fluido para Freios, Defletor de Ventilador, Porcas de Aço, Pneus, etc. Diversas marcas, modelos e medidas, **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP:** Sistema de Tratamento de Esgoto (Reatores Anaeróbios tipo Uasb, Filtros Aeróbios Submersos, Decantadores Secundários de Alta Taxa, Soprador de Ar, Painel de Comando, Acessórios e Tubulações), Sistema de Desinfecção por Cloro, Filtro de Bogda, Tratamento Primário (Calha Parshall Grades), Soprador de Ar Reserva.

Lances: WWW.VIZEUONLINE.COM.BR (11) 5071-8555

Prestador de Serviço Autorizado Itaú metso BancoVotorantim e demais Comitentes

Normas e condições no site. Washington L. Pereira Vizeu - Leiloeiro Oficial - JUCESP 414.

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SAO PAULO - SP

Data do leilão:30/05/2018 - A partir das: 12:00
Local: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU - RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.
ARY ANDRÉ NETO, Leiloeiro Oficial matrícula 428 estabelecido a RUA ARACI, 162, COLINAS DE INHANGABAU, TAUBATE, SP, telefone 11 99701-4221, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 24/68, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterivel de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto as Agências especificadas ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma das Agências da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicadas com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, na avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1.484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances nos leilões das execuções extrajudiciais.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:1D39A- CONTRATO: 999801072182-4- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA-AGENCIA: 0657-2 JARDIM DA SAUDE

CARLA VIEIRA, BRASILEIRO(A), SECRETARIA EXECUTIVA CPF 52534057987, CI M-6.058.045, SEPARADA JUDICIALMENTE, **e cônjuge, se casado(a) estiver.**

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO 32, 3º ANDAR DO EDIFICIO VICTORIA SIMONA, SITUADO A RUA DR. OTTO DE BARROS, Nº 340, 42º SUBDISTRITO - JABAQUARA, SAO PAULO, SP. CONTENDO A AREA PRIVATIVA DE 58,600M2, AREA COMUM DE GARAGEM DE 20,000M2 E AREA COMUM DO EDIFICIO DE 41,467M2, COM A AREA TOTAL CONSTRUIDA DE 120,361M2, CORRESPONDENDO - LHE A FRAÇÃO IDEAL DE 2,2339% NO TERRENO CONDOMINIAL, COM DIREITO A UMA VAGA NA GARAGEM COLETIVA, PARA ESTACIONAMENTO DE UM VEICULO DE PASSEIO, DE FORMA INDETERMINADA. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, ACESSORIOS.
SALDO DEVEDOR + ACESSORIOS: R$ 851.743,35
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R$ 426.000,00

ITUPEVA, 07/05/2018
ARY ANDRÉ NETO

07 - 10 - 30/05/2018

Processo: 1061201.45.2015.8.26.0100 - Procedimento Comum - Espécies de Contratos - Esferatur Passagens e Turismo S.A - EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº:1061201-45.2015.8.26.0100 Classe: Assunto: Procedimento Comum - Espécies de Contratos. Requerente: Esferatur Passagens e Turismo S.A. Requerido: Claes Tour Passagens e Turismo. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 dias PROCESSO Nº 1061201-45.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Felipe Poyares Miranda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CLASS TOUR PASSAGENS E TURISMO, CNPJ 47.238.392/0001-27, Rua Haddock Lobo, 1307, 20º andar, Cerqueira Cesar, CEP 01414-003, São Paulo - SP que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum por parte de Esferatur Passagens e Turismo S.a., para cobrança da quantia de R$ 136.628,39 (janeiro de 2018). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente defesa, sob pena de revelia e confissão quanto aos fatos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de maio de 2018.
10 e 11 / 05 / 2018

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DI

RCB Investimentos S.A. - CNPJ nº 08.823.301/0001-27

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores em Reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	2016 Consolidado	2016 Controladora	2015 Consolidado	2015 Controladora
Circulante	**141.471.149**	**9.973.750**	**138.826.119**	**100.014.042**
Caixa e equivalentes de caixa	138.079.759	2.686.964	137.560.927	98.777.022
Contas a receber de clientes	318.628	-	-	-
Adiantamentos	25.002	529	363	363
Impostos a recuperar	2.513.519	2.196.129	1.157.186	1.157.186
Outros créditos	534.498	1.080.128	107.663	80.177
Realizável a longo prazo	**87.792.428**	**130.209**	**41.893.830**	**74.113.817**
Outros créditos - LP	130.209	130.209	-	-
Aplicações em cotas de FIDC	-	-	-	73.823.912
Depósitos judiciais	137.662	-	6.233	6.035
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	109.164	-
Direitos creditórios vencidos a receber	87.524.557	-	41.778.433	283.870
Não Circulante	**10.556.822**	**208.911.682**	**9.491.662**	**13.385.221**
Investimentos em controladas	-	208.254.762	-	12.874.389
Imobilizado	885.097	596.143	597.353	452.051
Intangível	9.671.725	60.777	8.894.309	58.781
Total do ativo	**239.820.656**	**215.015.641**	**190.211.631**	**187.513.786**

Balanços Patrimoniais

Passivo	2016 Consolidado	2016 Controladora	2015 Consolidado	2015 Controladora
Circulante	**32.354.594**	**7.595.189**	**4.968.131**	**2.282.520**
Prestadores de serviços	401.690	106.680	128.413	25.717
Obrigações trabalhistas	2.653.667	1.195.767	1.541.776	563.468
Obrigações fiscais e tributárias	13.631.836	1.229.985	2.114.575	1.681.132
Dividendos propostos a pagar	5.308.679	4.908.679	350.000	-
Outros débitos	182.208	151.691	327.833	12.203
Outras provisões	10.176.492	2.377	505.534	-
Patrimônio líquido	**207.466.062**	**207.420.452**	**185.243.500**	**185.231.266**
Capital social	181.394.956	181.394.956	181.394.956	181.394.956
Reserva de capital	329.056	329.056	329.056	329.056
Reserva legal	2.902.394	2.902.394	760.248	760.248
Reserva de retenção de lucros	22.794.046	22.794.046	2.747.006	2.747.006
Patrimônio líquido atribuível aos acionista controladores				
Participação dos minoritários	45.610	-	12.234	-
Total do passivo e patrimônio líquido	**239.820.656**	**215.015.641**	**190.211.631**	**187.513.786**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros retenção de lucros	Lucros acumulados	Reservas de Lucros	Patrimônio líquido controladora	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Em 31 de dezembro de 2014	**3.184.256**	-	-	**638.854**	-	**7.637.547**	**10.460.657**	**60.330**	**7.633.547**
Integralização de capital / alienção do bônus de subscrição	176.243.297	13.000.000	-	-	-	189.243.297	189.243.297	-	189.243.297
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.467.876	2.467.876	2.467.876	-	2.467.876
Participação dos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	(48.071)	(48.071)
Exercício do bônus de subscrição	-	-	1.967.395	(12.670.944)	-	(10.703.549)	(10.703.549)	-	(10.703.549)
Dividendos	-	-	-	-	(1.005.518)	(3.350.000)	(3.350.000)	-	(3.350.000)
Constituição de Reservas	-	-	-	-	(2.344.482)	-	-	-	-
	-	-	-	-	(123.394)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	**181.394.956**	**329.056**	**2.747.006**	**760.248**	-	**185.231.266**	**185.243.500**	**12.234**	**185.243.500**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.077.233	34.077.233	34.077.233	-	34.077.233
Participação dos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	33.376	33.376
Dividendos	-	-	-	-	(1.887.432)	(10.000.615)	(11.888.047)	-	(11.888.047)
Constituição de Reservas	-	-	-	-	21.934.472	(24.076.618)	-	-	-
	-	-	-	-	(2.144.146)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	**181.394.956**	**329.056**	**2.902.394**		**52.879.127**		**207.460.062**	**45.610**	**207.466.062**

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

	2016 Consolidado	2016 Controladora	2015 Consolidado	2015 Controladora
Fluxo de caixa das atividades operacionais	45.688.539	11.388.779	6.502.649	1.697.013
Lucro líquido antes do IR e CSLL	45.468.077	33.731.777	6.469.750	6.353.736
Depreciação e amortização	551.985	277.401	86.135	69.088
Resultado de equivalência patrimonial	-	(35.380.373)	-	(8.120.747)
Participação minoritária	33.376	-	(48.071)	-
Baixa de ativo imobilizado	35.699	32.422	-	-
(Aumento)/redução de ativos operacionais				
(Aumento)/redução em direitos creditícios / contas a receber	(46.064.752)	283.870	(41.406.937)	(167.924)
(Aumento)/redução em pagamentos antecipados	(24.639)	-	69.067	3.137
(Aumento)/redução em impostos a recuperar	(1.247.169)	(1.038.943)	(686.657)	(686.657)
(Aumento)/redução em outros créditos	(557.044)	(1.130.180)	142.472	(74.159)
(Aumento)/redução em aplicações em cotas de FIDC	-	73.823.912	-	73.823.912
(Aumento)/redução em depósitos judiciais	(134.843)	2.622	(2.289)	(2.091)
(Aumento)/redução de passivos operacionais				
(Aumento)/redução em fornecedores	273.277	80.963	56.672	19.352
(Aumento)/redução em obrigações fiscais/trabalhistas	1.238.310	526.618	1.293.521	700.386
(Aumento)/redução em debêntures a pagar	-	-	(10.217.410)	(10.217.410)
(Aumento)/redução em outros débitos	(145.605)	138.488	(166.163)	12.203
(Aumento)/redução em outras provisões	8.720.957	2.377	505.534	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**9.147.029**	**71.351.808**	**(44.104.376)**	**(86.134.988)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	-	-	-	7.500.000
(Aquisição)/baixas de ativos imobilizados	(662.613)	(450.502)	(490.161)	(328.272)
(Aquisição)/baixas de ativos intangíveis	(986.216)	(1.996)	(21.504)	(21.504)
Aquisição de investimentos	-	(160.000.000)	-	-
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimento	**(1.648.829)**	**(160.452.498)**	**(511.665)**	**7.150.223**
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(6.979.368)	(6.979.368)	(3.480.000)	(3.350.000)
Bonus de subscrição	-	-	(10.703.549)	(10.703.549)
Aumento (redução) de capital social	-	-	189.243.297	189.243.297
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamento	**(6.979.368)**	**(6.979.368)**	**175.059.748**	**175.189.748**
Aumento das disponibilidades	**518.832**	**(95.079.958)**	**130.443.707**	**96.204.983**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro	137.560.927	98.777.022	7.117.220	2.572.039
Caixa e equivalentes de caixa em 31 dezembro	138.079.759	2.686.964	137.560.927	98.777.022

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas da **RCB Investimentos S.A.** São Paulo - SP - **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da RCB Investimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção abaixo intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da RCB Investimentos S.A. em 31/12/2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas (CPC PME). **Base para opinião com ressalva:** Em 31/12/2016 a Companhia possui investimento na RCB Portfólios Ltda. ("Companhia Investida"), no montante total de R$ 186.294.932, que por sua vez possui investimento no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("Fundo") no montante de R$ 169.674.546. O Fundo possui recebíveis vencidos e não pagos no montante de R$ 87.524.557, registrado pelo seu respectivo valor provável de realização. Os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo possuem em seus respectivos contratos de aquisição cláusula de recompra pelo cedente, ou seja, caso o cedente seja inexistente o cedente se comprometa, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar o Fundo. Durante nossa auditoria, em amostra selecionada não identificamos documentos que representavam 49% das operações selecionadas. Assim como não tivemos acesso a documentação bem como alguma evidência de reposição destes créditos por parte do cedente, até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não foi possível concluir sobre eventuais ajustes caso tais operações não tenham sido reconhecidas nas demonstrações financeiras do Fundo. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas (CPC PME) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nosso objetivo são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são baseadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria conduzida em nossa empresa, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro 2018.

KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6
Zenko Nakasato - Contador CRC 1SP116078/O-0

PRA Group Brasil Investimentos e Participações S.A. - CNPJ nº 22.626.868/0001-34

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31/12/2016 e 2015 (Em Reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	2016 Consolidado	2016 Controladora	2015 Consolidado	2015 Controladora
Circulante	**147.298.092**	**2.749.258**	**138.826.842**	**703**
Caixa e equivalentes de caixa	138.115.826	36.068	137.561.630	703
Contas a receber de clientes	318.628	-	-	-
Pagamentos antecipados	25.002	-	363	-
Impostos a recuperar	2.526.935	13.416	1.157.186	-
Outros créditos	6.311.703	2.699.773	107.663	-
Realizável a longo prazo	**87.792.428**	**-**	**41.893.830**	**-**
Outros créditos - LP	130.209	-	-	-
Depósitos judiciais	137.662	-	6.233	-
IR e CS diferidos	-	-	109.164	-
Direitos creditórios vencidos a receber	87.524.557	-	41.778.433	-
Não Circulante	**95.863.767**	**199.388.195**	**101.633.497**	**194.019.032**
Investimentos em controladas	-	162.608.085	-	193.404.032
Imobilizado	885.097	-	597.353	-
Intangível	94.978.670	36.780.110	101.036.144	43.615.000
Total do ativo	**324.954.287**	**202.137.453**	**282.354.169**	**194.019.735**

Balanços Patrimoniais

Passivo	Nota	2016 Consolidado	2016 Controladora	2015 Consolidado	2015 Controladora
Circulante		**27.656.598**	**435.946**	**5.013.309**	**45.369**
Prestadores de Serviços		401.168	89.478	128.413	-
Obrigações trabalhistas		2.653.667	-	1.541.776	-
Obrigações fiscais e tributárias		13.646.722	-	2.114.575	-
Dividendos propostos a pagar		508.685	108.685	395.369	45.369
Outros débitos		182.228	222.799	327.833	-
Outras provisões		10.176.490	-	505.534	-
Participação dos minoritários		**95.593.729**	**-**	**83.366.303**	**-**
Patrimônio líquido		**201.701.607**	**201.701.607**	**193.974.366**	**193.974.366**
Capital social		189.244.000	189.244.000	189.244.000	189.244.000
Reserva legal		810.815	810.815	238.787	238.787
Reserva de retenção de lucros		11.646.792	11.646.792	4.491.579	4.491.579
Total do passivo e patrimônio líquido		**324.954.287**	**202.137.453**	**282.354.169**	**194.019.735**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido controladora	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Em 22/04/2015	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	189.243.700	-	-	-	189.243.700	-	189.243.700
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.775.735	-	4.775.735
Participação dos minoritários	-	-	-	-	-	83.366.303	83.366.303
Dividendos	-	-	-	-	(45.369)	(45.369)	(45.369)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	4.491.579	(4.491.579)	-
Reserva legal	-	238.787	-	-	(238.787)	(238.787)	-
Em 31/12/2015	**189.244.000**	**238.787**	-	**4.491.579**	**193.974.366**	**83.366.303**	**277.340.669**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.440.557	11.440.557	-	11.440.557
Participação dos minoritários	-	-	-	-	-	12.227.417	12.227.417
Dividendos	-	-	-	(3.713.316)	(3.713.316)	-	(3.713.316)
Reserva legal	-	572.028	-	(572.028)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	7.155.213	(7.155.213)	-	-	-
Em 31/12/2016	**189.244.000**	**810.815**	**11.646.792**	**-**	**201.701.607**	**95.593.720**	**297.295.327**

Demonstrações dos Resultados

	2016 Consolidado	2016 Controladora	2015 Consolidado	2015 Controladora
(+) Receita operacional líquida	90.182.910	-	10.238.098	-
(+) Resultado bruto	90.182.910	-	10.238.098	-
(+/-) Despesas/receitas operacionais				
Despesas com pessoal	(7.993.395)	-	(2.528.623)	-
Despesas cobrança	(42.619.860)	-	(1.164.681)	-
Despesas administrativas	(2.672.929)	(509.457)	(1.071.083)	-
Demais despesas	(9.418.597)	(6.837.082)	(444.035)	-
Outras despesas	(1.920)	-	(19.736)	-
(+) Lucro (prejuízo) operacional	27.476.178	(7.346.539)	5.009.940	-
(+/-) Resultado não operacional				
Resultado financeiro líquido	15.108.371	59.922	8.394.674	-
Equivalência patrimonial	-	18.742.478	-	4.775.735
(+) Resultado antes IRPJ/CSLL	42.584.547	11.455.441	13.404.614	4.775.735
(+/-) Imposto sobre Lucro				
IR e CSLL - correntes	(3.881.450)	-	(620.197)	-
IR e CSLL - diferidos	(11.405.728)	(14.884)	(3.958.702)	-
(+) Lucro (prejuízo) do período antes da participação minoritária	27.297.369	11.440.557	8.825.715	4.775.735
(+/-) Participação dos minoritários	(15.856.812)	-	(4.049.980)	-
(+) Lucro (prejuízo) do período	11.440.557	11.440.557	4.775.735	4.775.735
Lucro por ação em R$	7,56	7,56	3,32	3,32
Patrimônio líquido por ação em R$	140,08	140,08	134,72	134,72

Demonstrações do Resultados Abrangentes

	2016 Consolidado	2016 Controladora	2015 Consolidado	2015 Controladora
Resultado líquido do período	11.440.557	11.440.557	4.775.735	4.775.735
Resultado abrangente	11.440.557	11.440.557	4.775.735	4.775.735
Atribuível aos				
Acionistas controladores	27.297.369	11.440.557	8.825.715	4.775.735
Acionistas não controladores	(15.856.812)	-	(4.049.980)	-

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	2016 Consolidado	2016 Controladora	2015 Consolidado	2015 Controladora
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(11.440.557)**	**(11.440.557)**	**4.775.735**	**4.775.735**
Resultado dos exercícios	11.440.557	11.440.557	4.775.735	4.775.735
Depreciação e amortização	7.386.875	6.834.890	49.149	-
IR e CS diferidos	15.287.178	14.884	(109.164)	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	(18.742.478)	-	(4.775.735)
Participação minoritária	12.227.415	-	83.366.303	-
Baixa de ativo imobilizado	35.699	-	-	-
(Aumento)/redução de ativos operacionais	**46.373.711**	**(452.147)**	**88.082.023**	-
Direitos creditórios / contas a receber	(45.746.124)	-	-	-
Pagamentos antecipados	(24.639)	-	(363)	-
Impostos a recuperar	(1.260.585)	(13.416)	(1.157.186)	-
Outros créditos	(652.873)	-	(107.663)	-
Aplicações em cotas de FIDC	-	-	(41.778.433)	-
(Aumento)/redução em depósitos judiciais	(131.427)	-	(6.233)	-
Aumento/redução de passivo operacionais	-	-	-	-
Aumento/(redução) em fornecedores	362.755	89.478	128.413	-
Aumento/(redução) em obrigações fiscais/trabalhistas	(2.643.140)	-	3.656.351	-
Aumento/(redução) em outros débitos	145.605	222.799	327.833	-
Aumento/(redução) em outras provisões	9.784.272	-	505.534	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**5.916.345**	**(153.286)**	**49.650.278**	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	-	3.838.652	-	-
(Aquisição)/baixas de ativos imobilizados	(662.614)	-	(646.502)	-
(Aquisição)/baixas de ativos intangíveis	(986.217)	-	(101.036.144)	43.615.000
Aquisição de de investimentos	-	-	-	145.628.297
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimento	**(1.648.831)**	**3.838.652**	**(101.682.646)**	**189.243.297**
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(3.713.316)	(3.650.000)	350.000	-
Aumento (redução) de capital social	-	-	189.244.000	189.244.000
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamento	**(3.713.316)**	**(3.650.000)**	**189.594.000**	**189.244.000**
Aumento das disponibilidades	**554.198**	**35.366**	**137.561.630**	**703**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º Janeiro	137.561.630	703	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 dezembro	138.115.828	36.069	137.561.630	703
	554.198	35.366	137.561.630	703

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas da **PRA Group Brasil Investimentos e Participações S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da PRA Group Brasil Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção abaixo intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da PRA Group Brasil Investimentos e Participações S.A. em 31/12/2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas (CPC PME). **Base para opinião com ressalva:** Em 31/12/2016 a Companhia possui investimento na RCB Investimentos S.A. ("Companhia Investida"), no montante total de R$ 114.081.249, que por sua vez possui investimento na RCB Portfólios Ltda. no montante total de R$ 186.294.932, que possui aplicação em cotas do Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("Fundo") no montante de R$ 186.674.546. O Fundo possui recebíveis vencidos e não pagos no montante de R$ 87.524.557, registrado pelo seu respectivo valor provável de realização. Os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo possuem em seus respectivos contratos de aquisição cláusula de recompra pelo cedente, ou seja, caso o cedente seja inexistente o cedente se comprometa, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar o Fundo. Durante nossa auditoria, em amostra selecionada não identificamos documentos que representavam 49% das operações selecionadas. Assim como não tivemos acesso a documentação bem como alguma evidência de reposição destes créditos por parte do cedente, até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não foi possível concluir sobre eventuais ajustes caso tais operações não tenham sido reconhecidas nas demonstrações financeiras do Fundo. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas (CPC PME) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nosso objetivo são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria conduzida em nossa empresa, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27/04/2018

KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6
Zenko Nakasato - Contador CRC 1SP116078/O-0

Pier Paolo Alli - Contador - CRC nº 1SP154001/O-0
Alexandre do Rosário Nobre - Sócio-diretor - CPF: 265.011.088-02

Edital de Citação. Prazo de 30 dias. Processo nº 1014283-43.2016.8.26.0004 O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível - Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr. Julio Cesar Silva de Mendonça Franco, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a LAVA RAPIDO MATTOS E LA SERRA LTDA, CNPJ 14.789.361/0001-73, na pessoa do seu representante legal, que lhe foi ajuizada Ação de Procedimento Comum, onde o BANCO BRADESCO S/A, requer a procedência da ação, com a condenação da Ré ao pagamento de R$ 19.913,55, referente aos contratos de Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças nº's 3.920.563, 3.920.579 e 3.920.718, atualizados até 30/09/2016, valor esse a ser devidamente atualizado no pagamento, acrescidos de juros, demais cominações contratuais, custas processuais e honorários advocatícios. Encontrando-se a Ré em lugar ignorado e incerto foi determinada a CITAÇÃO por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 15 dias, a fluir após os 30 dias supra, conteste a ação, sob pena de revelia, gerando a presunção de veracidade dos fatos alirmados na inicial, caso será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. Presidente: NADA MAIS. São Paulo, 03 de abril de 2018. 10 e 11/05

EDITAL DE CITACAO. PRAZO DE 20 DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DO PROCESSO Nº **1050792-10.2015.8.26.0100**. Nº DE CONTROLE **2015/000991** A DRA. LUCIANA BIAGIO LAQUIMIA, MM. JUIZA DE DIREITO DA **DECIMA SETIMA VARA CIVEL DO FORO CENTRAL CIVEL**, **JOVANO MARTINES JUNIOR**, NA FORMA DA LEI, ETC. faz saber a todos quanto ao presente edital virem ou dele tiverem conhecimento e possa interessar, notadamente a re **NEW VISION SYSTEM GLASS COMERCIO LTDA** CNPJ Nº 15.383.666/0001-43, que atualmente se encontram em lugar incerto e não sabido, que nesta Justiça de Direito da Décima Sétima Vara e respectivo Cartorio foi proposta a AÇÃO **DECLARATORIA DE RESCISAO CONTRATUAL CUMULADA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA E INDENIZACAO POR PERDAS E DANOS, processo nº 1050792-10.2015.8.26.0100, Nº DE CONTROLE 2015/000991**, movida por **REINALDO CESAR NAGAO GREGORIO E LEANDRO CARDOSO DOS SANTOS**, sob o fundamento de pleiteia a sustação dos efeitos do protesto efetivado em seu nome em sede de tutela antecipada, a rescisão do contrato de prestação de serviços e consequente devolução das cautelas de cheque entregues e a re tilula de pagamento pela prestação do serviço e por fim, a condenação em R$ 1.700,00 (mil e setecentos reais) a título de ressarcimento das despesas havidas em razão do descumprimento do contrato. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância no futuro, foi determinada a citação por edital, ficando a re NEW VISION SYSTEM GLASS COMERCIO LTDA CNPJ Nº 15.383.666/0001-43, e, atualmente em lugar incerto e não sabido, devidamente CITADA para que no prazo legal possa apresentar contestação, sob pena de ser considerada revel, presumindo-se ver